

# PETIÇÃO

## **Contra a requalificação/mobilidade especial, pelo direito ao emprego e a uma Escola Pública de qualidade**

O governo português, de forma avulsa ou no âmbito da designada reforma do Estado, tem vindo a tomar medidas para reduzir o número de trabalhadores da Administração Pública, levando a que os diversos serviços, por evidente escassez de recursos humanos, apresentem dificuldades crescentes para, com qualidade, continuarem a responder satisfatoriamente às exigências que lhes são colocadas.

A Educação tem sido das áreas mais atingidas, com o número de docentes nas escolas a sofrer uma fortíssima redução, fruto das mais diversas medidas impostas com esse propósito. Através da redução do número de postos de trabalho e com o agravamento das condições de exercício da profissão, milhares de docentes foram levados a aposentar-se antecipadamente ou, no caso dos contratados, foram despedidos. Ao mesmo tempo, o governo promoveu rescisões de vínculo de emprego público. O resultado foi que o número de docentes, nos quatro anos da atual legislatura, decresceu em mais de 20%. Mas o governo quer reduzir ainda mais o número de docentes e, agora, até oferece incentivos para redução de recursos educativos, onde incluem os professores, às câmaras municipais que entrem no processo de municipalização, e cria condições para empurrar para a chamada requalificação/“mobilidade especial” um grande número de professores.

Em ano eleitoral, o governo foi obrigado a evitar que muitos docentes entrassem em mobilidade especial. Não deixando, no entanto, de dar um sinal da sua intenção política, 15 professores estão a ser alvo da aplicação desse regime. Contudo, como se provou, mesmo esses 15 docentes tinham tarefas importantes distribuídas nas suas escolas – apoios, coadjuvação, coordenação de projetos, funções em órgãos intermédios de gestão, substituições de colegas em falta –, alguns mesmo a titularidade de turmas. Esse professores, tal como os que o MEC empurrou para mobilidade geográfica forçada, desenvolviam atividades importantes para os alunos das suas escolas que, em muitos casos, foram suspensas por falta de alternativa.

Face a esta situação, os peticionários exigem:

- **A não aplicação do regime de requalificação/mobilidade especial** aos docentes, pois, como se confirma, não há professores a mais nas escolas;
- O **regresso às suas escolas dos docentes que delas foram retirados**, onde deverão continuar a desenvolver as atividades por que eram responsáveis;
- A **consideração, no âmbito da componente letiva, de todas as atividades que implicam trabalho direto com alunos**, designadamente as que o MEC reconhece para efeito de completamento de horário letivo, exceto quando a titularidade de turma não atinge as seis horas. Este reconhecimento, aliás, já foi assumido pelo MEC em ata negocial com as organizações sindicais, mas depois desrespeitou o seu compromisso;
- **Que não sejam tomadas mais medidas, sendo corrigidas as já impostas, destinadas a dispensar docentes**, todas elas com custos elevados para a qualidade do trabalho nas escolas. De entre tais medidas, destacam-se o aumento do número de alunos por turma, a permanente manipulação da organização dos horários de trabalho, o corte de horas às escolas para se organizarem pedagogicamente, o desrespeito pelos limites estabelecidos para turmas com alunos com NEE, soluções curriculares de natureza economicista, entre outras.

